

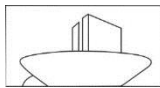


IMPACTO DA CRISE (ECONÔMICA) BRASILEIRA EM MINAS GERAIS: QUE FAZER?

Eduardo Fernandez Silva
Consultor Legislativo da Área IX
Política e Planejamento Econômicos, Desenvolvimento Econômico e
Economia internacional

ESTUDO TÉCNICO

AGOSTO DE 2017



© 2017 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) os(as) autores(as). São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu(sua) autor(a), não representando necessariamente a opinião da Consultoria Legislativa, caracterizando-se, nos termos do art. 13, parágrafo único da Resolução nº 48, de 1993, como produção de cunho pessoal de consultor(a).

SUMÁRIO

Introdução	4
Impactos em Minas da crise econômica brasileira	4
A economia mineira em 2017	9
Economia e bem estar em Minas Gerais e no Brasil.....	10
A desnacionalização da economia mineira	13
Balança comercial de Minas Gerais	16
A indústria do aço.....	16
Soluções possíveis.....	20

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é responder às seguintes indagações: qual o impacto da crise econômica na economia de Minas Gerais, em especial sobre as exportações de aço e sobre a eventual desnacionalização das empresas, apontando medidas que devem ser tomadas pelos governos estadual e federal para a superação desse problema.

Inicialmente, o presente trabalho mostra informações sobre a evolução recente do PIB e de outras variáveis referentes à economia de Minas Gerais e sua vinculação à economia brasileira. Mais que a construção de uma série histórica dos últimos cinco anos, buscou-se apontar os fatos tidos como mais relevantes a caracterizar a economia do estado. Em seguida, são apontados os impactos sobre os principais setores da economia do estado de Tiradentes, Juscelino e Tancredo: extração mineral, indústria de transformação e agropecuária. Na seção seguinte, há informações sobre a evolução da economia estadual nos primeiros meses do ano de 2017. As seções seguintes analisam outros indicadores, mais significativos, abrangentes e reveladores da real situação da população do que a variável PIB, e depois se discute a questão da desnacionalização da economia. A balança comercial de Minas Gerais, e a indústria do aço são os temas tratados nas seções posteriores. Ao final, estão assinalados alguns caminhos a trilhar, para superar as crises, da economia e outras, destacando, porém, que a complexidade da situação e a carência de informações relevantes, impedem maior assertividade quanto a “soluções” para a atual situação de crises associadas e interdependentes.

IMPACTOS EM MINAS DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA

No ano de 2014, o PIB mineiro foi reduzido em 0,7% em relação ao ano anterior. O PIB nominal cresceu 5,9%, elevando-se ao nível de R\$ 516,6 bilhões a preços correntes de mercado, sendo que a elevação dos preços dos produtos e serviços produzidos no Estado foi de 6,6%, definindo, dessa forma, a queda do PIB real naquele ano. No mesmo ano, o PIB nominal brasileiro cresceu

8,4%, e o PIB real teve pequeno aumento, já que a elevação dos preços, no plano nacional, foi de 7,8%¹.

O Gráfico I, adiante (copiado da mesma fonte citada) mostra a evolução dos valores da produção mineira e nacional, assim como a participação do produto mineiro no brasileiro, para os anos 2002 a 2014. Nota-se bastante aderência da variação do PIB mineiro com a do nacional, o que se evidencia com a pequena alteração da participação de Minas na economia brasileira. No período, essa variável oscilou entre o mínimo de 8,3% ao máximo de 9,2% do PIB do Brasil. Essencialmente, esses números sugerem que a economia mineira está bastante atrelada à brasileira, de cuja evolução depende.

Parte do desempenho limitado da economia mineira é atribuído, pela Fundação João Pinheiro (FJP), à queda dos preços do minério de ferro no mercado internacional. Como se sabe, o minério de ferro é o principal item de exportação do estado.

Em agosto de 2013 o minério de ferro estava cotado a US\$ 110,1/ton; em dezembro de 2014 o mesmo produto era comercializado a US\$ 62,1/ton. Essa queda teve impacto sobre o volume extraído e sobre o valor obtido pelo setor mineral mineiro – e também brasileiro, dado o peso da extração que ocorre em Carajás – e, pela importância da extração de minério de ferro na economia mineira, afetou todo o conjunto.

A queda da atividade de extração do minério de ferro foi também agravada pelo desastre, ocorrido em Mariana: o rompimento da barragem de contenção de rejeitos de uma subsidiária da Vale em conjunto com a BHP-Billington Metais. Além da queda do valor da extração mineral decorrente da redução do preço do minério, houve interrupção do funcionamento das atividades minerais daquela filial em Mariana, e ainda a queda da produção dos mais variados produtos oriundos do vale do rio Doce, dado o comprometimento de toda a bacia hidrográfica, que ainda perdura. Não cabe, neste trabalho,

¹ Todos os dados têm como fonte a publicação “Monitor FJP: Produto Interno bruto de Minas Gerais – Relatório Anual 2014”, disponível em <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib-anuais/664-monitor-fjp-relatorio-anual-do-pibmg-2014-completo/file>, visitado em 10-08-2017.

estimar as perdas decorrentes da catástrofe, mas pode-se, sem risco de erro, dizer que foram – e permanecem – substanciais.

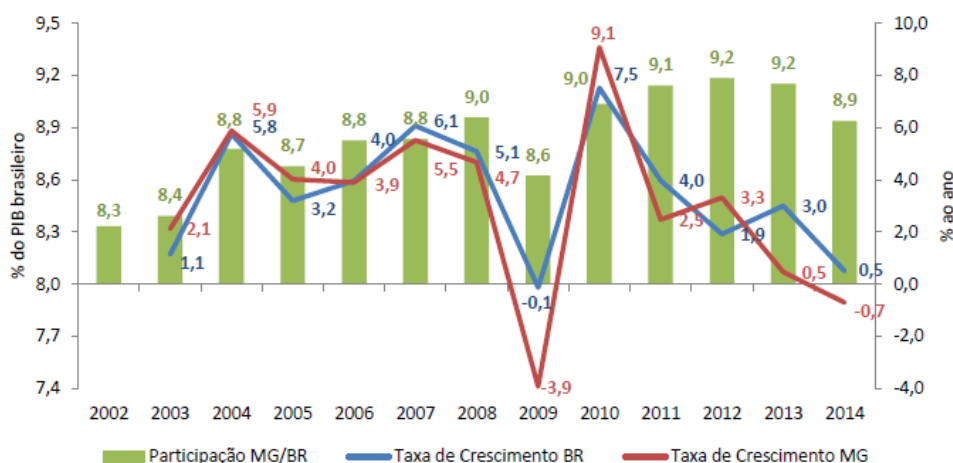
Souza, Franco e Filho (2017) comentam as consequências daquele desastre, ao analisarem a conjuntura da indústria de Minas Gerais no primeiro trimestre de 2017:

No caso da indústria extrativa mineral, a restrição de oferta decorrente do fechamento da mina de Germano, no município de Mariana, gerou um forte ajuste no volume de produção² estadual entre o terceiro trimestre de 2015 e o primeiro trimestre de 2016 (gráf. 1). A partir deste ponto, teve início a recuperação do setor em Minas Gerais, com a ativação de outras minas em substituição à paralisada. O último dado disponível indica que o nível de atividade no primeiro trimestre de 2017 se aproximou bastante, mais ainda não alcançou, o patamar observado no primeiro trimestre de 2015. (pg 30).

Outra questão relevante é a contribuição de cada um dos setores econômicos para o resultado final: no caso, queda do PIB mineiro. O gráfico II, abaixo, mostra como o que ocorreu.

Gráfico I

Gráfico 2 – Participação de Minas Gerais no PIB brasileiro e taxas de crescimento real do PIB (%) – Minas Gerais e Brasil – 2002-2014

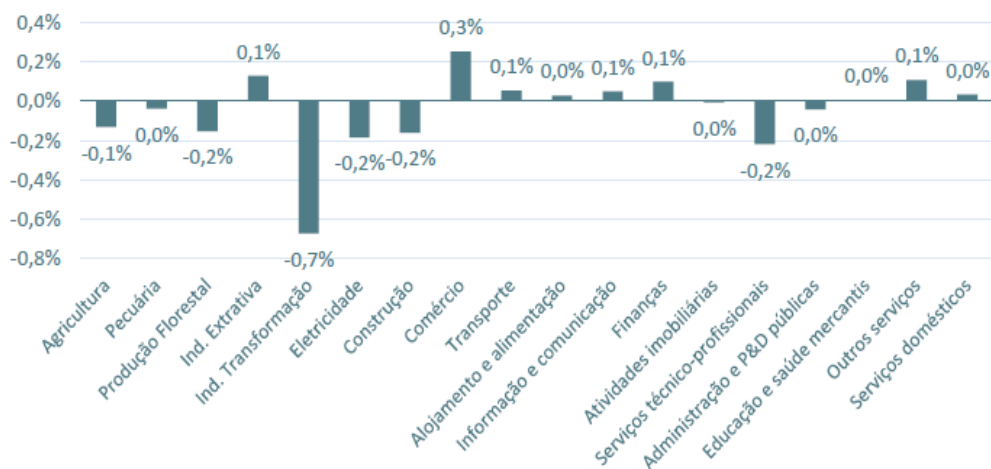


Fonte: FJP, Centro de Estatística e Informações, Sistema de Contas Regionais de Minas Gerais; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

² É comum, embora equivocado, o uso da expressão “produção” para se referir ao volume de minério de ferro extraído das minas. A expressão correta seria “extração”, pois nenhuma empresa mineradora “produz” minério – de ferro ou qualquer outro -; apenas os extraem e depois agregam outras características.

Gráfico II

Gráfico 4 – Decomposição setorial do crescimento econômico em Minas Gerais – 2014



Fonte: FJP, Centro de Estatística e Informações, Sistema de Contas Regionais de Minas Gerais; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A maior queda foi na indústria de transformação, e a melhor explicação para esse resultado é, certamente, a recessão econômica que atingiu a economia brasileira. Todos os demais setores apresentaram variações, positivas ou negativas, próximas de zero. Considerando a realidade envolvente, até que Minas poderia ter sofrido ainda mais!

O documento da Fundação João Pinheiro resume a situação:

Uma evidência muito forte é, portanto, que o fraco dinamismo da economia mineira em 2014 esteve fortemente relacionado com a retração das atividades industriais no Estado. De fato, a indústria de transformação mineira teve forte contribuição para o decréscimo econômico (gráf.4). A queda esteve principalmente relacionada à evolução desfavorável na produção das categorias de uso de bens de capital e bens de consumo duráveis, intimamente ligados à Formação Bruta de Capital Fixo. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), por exemplo, houve recuo na produção de produtos metálicos (-14,4%), na fabricação de máquinas e equipamentos (-7,7%) e na produção de veículos automotores (-18,5%). Até mesmo a retração nas atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares esteve diretamente ligada à inflexão industrial uma vez que uma parte significativa desses serviços é prestada às empresas. Também na construção civil a contribuição foi

negativa para o desempenho econômico e seu resultado no ano foi corroborado pela retração no estoque de empregos formais registrados pelo setor. Apenas a indústria extrativa mineral apresentou expansão do volume de valor adicionado e contribuiu positivamente para o crescimento econômico, apesar de o seu faturamento ter diminuído em razão da forte queda nos preços de minério de ferro (gráf. 4). (Página 6)

Outro ponto importante registrado na análise citada é que, desde os anos 1990, houve pouca alteração da matriz energética do Estado de Minas Gerais, que continua fortemente dependente da energia hidráulica, dita energia limpa, embora cada dia mais essa afirmação seja contestada. A seca ocorrida em Minas em 2014 fez reduzir a geração da energia elétrica, fato que também impactou negativamente o total da produção estadual.

A agropecuária mineira, no ano de 2014, também não apresentou crescimento, exceto nominal. Houve aumento nos preços agrícolas, naquele ano, mas os volumes produzidos caíram. As maiores quedas se verificaram na cafeicultura, arroz, milho, amendoim, batata-inglesa, banana e soja, esta última com volume de produção quase igual ao do ano anterior. No mesmo ano de 2014, as produções de tomate, sorgo, algodão herbáceo e trigo cresceram fortemente, mas sem chegar a compensar as quedas dos outros produtos regionais.

Acima, mencionou-se a grande vinculação entre a economia mineira e a brasileira. Esse fato fica claro também na análise da FJP, quando seus autores dizem:

Os resultados do setor de serviços em 2014 confirmaram a perda de dinamismo já verificada em 2013 quando tinha sido observada uma leve piora nas condições de compra das famílias com menor disponibilidade de crédito e desaquecimento do mercado de trabalho. O valor adicionado (VA) a preços correntes do setor registrou R\$ 297.670 milhões em 2014. No ano anterior a cifra havia atingido R\$ 273.577 milhões. Portanto, houve incremento nominal de 8,8% (gráf. 10). (página 13).

A ECONOMIA MINEIRA EM 2017

A mesma Fundação João Pinheiro publica, com regularidade, o Boletim de Conjuntura, com artigos sobre aspectos variados da economia mundial e, também, brasileira e mineira. No mais recente, referente ao primeiro trimestre de 2017, há informações sobre o desempenho de diversos setores da economia mineira no ano corrente.

Com relação à agropecuária, Santos e Castellani (2017) apontam um crescimento vigoroso da agropecuária, influenciado principalmente pela safra de grãos (soja, feijão e milho), e um fraco desempenho da produção de leite. Dizem as autoras:

No primeiro trimestre de 2017, o volume do valor adicionado pela agropecuária mineira aumentou 10,5% em relação ao trimestre imediatamente anterior na série com ajuste sazonal (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017). Para o Brasil, o IBGE estimou variação de 13,4% na mesma base de comparação (gráf. 1) (IBGE, 2017a). Relativamente ao primeiro trimestre de 2016 (período com cesta semelhante de produtos), a agropecuária de Minas Gerais cresceu 12,8% e a do Brasil, 15,2%¹⁶. Em Minas Gerais, as condições climáticas em 2016 seguiram favoráveis em 2017 e se refletiram em boas colheitas de vários produtos já no primeiro trimestre. Em algumas regiões do país que haviam sido atingidas por intempéries no ano anterior, a situação climática se reverteu, possibilitando o incremento da produtividade em diversas culturas agrícolas (IBGE, 2017b). (página 24)

Destaca-se, além da notícia de crescimento da produção, o fato de esse crescimento se dever, como dizem as autoras, essencialmente às melhores condições climáticas. Se, por um lado, a ocorrência dessas condições favoráveis deve ser saudada, por outro lado não se pode esquecer que entramos na era do antropoceno e, em razão das mudanças no clima do planeta, eventos climáticos extremos devem se tornar cada vez mais frequentes nos anos vindouros. Há que se atentar para o fato de que, se as boas condições afetam positivamente a produção, eventuais condições negativas terão efeito inverso, donde cabe a indagação: o que têm feito os agentes econômicos – trabalhadores, empresários, governos, servidores públicos e outros – para elevar

a resiliência de Minas Gerais às mudanças climáticas? Pesquisa não exaustiva – vale dizer, pode estar equivocada – sugere que muito pouco ou quase nada!!!

Um segmento relevante da agroeconomia de Minas Gerais, as atividades de silvicultura e extração vegetal apresentaram queda, no primeiro trimestre de 2017, relativamente ao mesmo trimestre do ano anterior. Esses setores encontram-se muito vinculados à produção metalúrgica local, assim como a produção de celulose no Estado. Para o primeiro houve retração de 4,8% e, para o segundo, também queda de 1,8%, fatos que fizeram cair tanto a silvicultura quanto a extração de produtos vegetais.

Segundo informou o sítio internet de O Globo³, de 06 de fevereiro de 2017, o PIB de Minas Gerais teve queda de 4,5% em 2015 e de 3,3% em 2016. Vários estados obtiveram quedas menores, como São Paulo, Goiás, Paraíba e outros, enquanto várias unidades federadas saíram-se pior que Minas Gerais; entre essas Amazonas, Amapá e Sergipe.

ECONOMIA E BEM-ESTAR EM MINAS GERAIS E NO BRASIL

Um ponto a destacar diz respeito à comparação entre o PIB e o PIB per capita de alguns estados.

É comum, entre empresários, jornalistas, políticos mineiros e outros, destacar com orgulho o fato de que o PIB mineiro está entre os três mais elevados do Brasil, há muitos anos. De fato, comparando os estados, com base em dados de 2014, São Paulo continua a liderar a economia brasileira em termos de PIB, seguido do Rio de Janeiro e de Minas Gerais; em termos de números índices, se o PIB de São Paulo fosse igual a 100, o do Rio de Janeiro seria 36 (trinta e seis) e o de Minas Gerais 27,8. Verifica-se, pois, a grande distância existente, com Minas muito aquém daqueles dois, principalmente quando se lembra que a população mineira equivale a 46,8% da paulista e supera a do Rio de Janeiro (21,0 milhões de habitantes em Minas, 16,7 milhões no Rio).

³ <https://oglobo.globo.com/economia/recessao-faz-economia-de-12-estados-do-df-retroceder-seis-anos-20878713> , visitado em 15/08/2017

Em termos de renda per capita, Minas Gerais também parece mais sertão que vereda. Mais precisamente, para 2016, com base no rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente – segundo o IBGE (ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2016.pdf , visitado em 15/08/2017), enquanto para o Brasil o valor era de R\$ 1.226,00, Minas Gerais alcançava R\$ 1.168,00 ou 95,3% da média brasileira. Com renda nominal domiciliar mensal maior que a Terra das Gerais estavam o Distrito Federal – com o mais elevado rendimento no País -, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Ou seja, comparando-se essa variável, Minas Gerais fica na oitava posição. Isso, lembrando-se que o Brasil é, no contexto mundial, um país de renda média.

Ocorre que esses indicadores de renda ou produto bruto são muito falhos, e já apresentam tendência de serem abandonados em muitos países; a inércia mantém o indicador em uso, mas sua fragilidade conceitual e o hoje amplo reconhecimento de que é falsa a noção de “progresso” que a expressão passou a transmitir - são muitas as interpretações equivocadas na imprensa e mesmo na academia – indicam que, mais cedo do que tarde, esses indicadores serão relegados a posição bem menos relevante da que têm hoje.

Apesar dessas considerações, como a expressão ainda é usada, é importante verificar sua evolução; mais que o conceito de PIB, a noção de PIB per capita. Nessa variável, Minas Gerais aparece – há décadas – como o oitavo ou nono estado brasileiro, com renda per capita equivalente a menos da metade daquela do Distrito Federal. Desnecessário frisar que a “renda per capita” diz bem mais que o PIB, isoladamente, por relacionar esta última variável à população da região sob consideração. Não obstante, como já é bastante conhecido, a renda per capita é uma média aritmética que, como todas as médias, esconde a importante questão da distribuição dos valores entre a população.

Comparando-se Minas Gerais com o restante do País, com base no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – que é um indicador muito mais completo e revelador que o PIB, embora menos usado que este – o estado

montanhês fica em 9º lugar. À frente dele estão, entre outros, São Paulo (2º), Santa Catarina (3º), Paraná e Rio Grande do Sul (praticamente empatados em 5º) e o Distrito Federal (1º).

Outro indicador que revela muito mais que o próprio IDH é o Índice de Progresso Social – IPS. Um membro da equipe que criou esse indicador, o economista Michael Green, comenta que o PIB foi criado na década de 1920, mas hoje precisamos de um indicador mais eficaz para satisfazer as necessidades do século XXI. Outro membro da equipe é o conceituado economista de Harvard, Michael Porter, tido como uma das maiores autoridades internacionais em questões ligadas à competitividade das economias.

Bem mais complexo que o PIB, o IPS avalia diversos aspectos sociais – tais como longevidade, anos de escolaridade, oportunidades de progresso ao nível das localidades, condições nutricionais, acesso à água encanada e vários outros - e inclui, também, variáveis que indicam a qualidade do ambiente onde as pessoas vivem. Nesse campo, avalia-se, por exemplo, as taxas de criminalidade e de mortes violentas, as mortes no trânsito, as mortes por poluição, o tratamento dos esgotos, etc.

Exemplos de países com o IPS muito alto são Dinamarca, Suíça, Nova Zelândia e Áustria. Entre os países com o IPS alto estão Bélgica, Japão, Estados Unidos da América, Israel e os nossos vizinhos Uruguai e Argentina. O Brasil se situa no grupo seguinte, junto com Panamá, Peru, Malásia, México, Colômbia e outros. Entre os países com IPS médio baixo estão o Líbano, Sri Lanka, Nicarágua e vários outros; nos dois grupos inferiores – IPS baixo e muito baixo – estão Bangladesch, Camboja, Ruanda e Uganda, Moçambique, Etiópia e outros.

Na avaliação do IPS de 2014, o principal fator a degradar a posição brasileira foi a falta de segurança pública: entre 132 países então avaliados o Brasil ocupou a 121ª posição!

Infelizmente, não se conseguiu encontrar informações sobre o IPS para as unidades federadas do Brasil. Uma das vantagens desse indicador é que ele fornece, além de posições relativas entre diferentes unidades regionais – países ou regiões ou estados –, uma verdadeira agenda sobre os problemas

mais graves a afetar determinada população, dessa forma possibilitando – a governos representativos e comprometidos com suas populações – ajustar seus programas de ação de forma a alcançar os melhores resultados dos recursos de que podem dispor, assegurando rápido progresso nos diversos aspectos prioritários. Certamente, para governos não representativos e não comprometidos com suas populações de pouco adiantará o indicador usado!

A DESNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA MINEIRA

Não foi possível encontrar dados que permitissem dizer estar, ou não, ocorrendo um processo de desnacionalização da economia mineira. Desde a época colonial a presença de empresas sob controle de estrangeiros é usual na economia do estado; vale lembrar os ingleses responsáveis pela exploração de minas de ouro próximas a Belo Horizonte que, diz a lenda, foram os responsáveis por introduzir no linguajar dos habitantes das Gerais a expressão “uai”, numa corruptela da indagação “why”.

A rigor, sobre o tema da desnacionalização encontrou-se apenas uma discussão, mais recente, numa reportagem de jornal, datada de 2013. Nela, o economista Carlos Aníbal Nogueira da Costa afirma que “há um forte risco no cenário de continuidade do processo de desnacionalização da economia e de excessiva dependência do capital externo, que pode manter o país como um capitalista de segunda linha”.

Curioso o argumento, pois os países “capitalistas de primeira linha”, todos eles, têm parcelas de suas empresas controladas por estrangeiros. EUA, Japão, França, Alemanha e, se é que cabe nesta definição, a própria China, registram a presença de grande número de empresas controladas por estrangeiros atuantes em seu território.

Décadas atrás, muitos acreditaram que o importante era o controle nacional sobre os setores estratégicos, ou sobre setores ditos dinâmicos. Uma das dificuldades com essa definição é que os setores que são estratégicos, ou dinâmicos, variam conforme as tendências da sociedade e a realidade tecnológica, política, social e econômica. Estes, se inicialmente

incluíam as indústrias siderúrgica e ferroviária, ao longo dos anos passaram a incluir outros segmentos. A experiência brasileira com a “proteção” do mercado interno para produtos de informática manufaturados no Brasil custou caro ao País, em termos de atraso na difusão de computadores. Apenas tardiamente se percebeu, no Brasil, e só então chegou a ser objeto de política pública, a noção de que, em termos de contribuição à elevação da produtividade, é mais importante o uso dos computadores do que a produção da máquina computacional.

Hoje, são mais dinâmicos setores ligados à economia de baixo carbono, mas o Brasil e Minas Gerais patinam em termos de políticas para promover iniciativas nesse segmento.

Não que a propriedade de empresas seja irrelevante. A questão é que não parece haver comprovação de que o comportamento da empresa – seja em termos de investimentos, seja de geração de empregos – dependa da nacionalidade do proprietário de seu capital. Os maiores investimentos empresariais em Pesquisa e Desenvolvimento, verificáveis em muitos países, mas não no Brasil, parecem estar mais relacionados a características gerais daqueles mercados – legislação, regulação, história de controle e combate à corrupção e outras variáveis – do que propriamente à nacionalidade dos seus capitalistas.

Conhecer as razões da manutenção de uma nação como “um país capitalista de segunda linha” é tema recorrente na literatura econômica. Há décadas, argumentou-se que tal fato se dava em razão da baixa relação capital-produto, mas logo se percebeu que esse é um argumento circular que poderia ser expresso da seguinte forma: “um país é pobre porque tem pouco capital”, o que é, no mínimo, uma tautologia.

Outra “explicação” muito celebrada na década de 1970 argumentava que faltava “capital humano”, ou investimentos em educação. Por mais importante que seja – e de fato é – a educação, este é, novamente, um raciocínio falho. Isso por que equivale a dizer que o país é pobre porque seus habitantes têm baixa escolaridade, e têm baixa escolaridade porque o país é pobre.

Mais recentemente, têm ganhado espaço as explicações “institucionalistas”: simplificada, elas dizem que o país é pobre porque suas instituições o mantêm pobre, para o benefício de suas lideranças. Em livro que se tornou *best seller*, publicado em 2012 e intitulado “Por Que As Nações Fracassam: As Origens do Poder, da Prosperidade e da Pobreza” os autores Daron Acemoglu e James Robinson analisaram grande número de países e as características de suas instituições. Concluem que há “instituições extrativas”, cujos controladores utilizam esse controle com fins de enriquecimento pessoal e daqueles de seu grupo, e “instituições inclusivas”, cujos controladores são por sua vez controlados por segmentos mais amplos da população, o que os leva a adotar políticas inclusivas, promovendo assim as transformações necessárias para que seus países rumem à prosperidade.

O Brasil também é analisado no livro. Os autores apontaram características ambíguas das instituições brasileiras, ora mais extrativas ora mais inclusivas. Acreditam que o Brasil estaria numa transição em direção a instituições mais inclusivas. Nesse ponto, parece, foram influenciados pelo “clima” então reinante em relação ao nosso País e que foi mais bem retratado pela célebre capa da revista *The Economist*, na qual o Cristo Redentor subia aos céus como um foguete.

Desde então, tornou-se claro que era ilusório o “clima” de otimismo reinante no Brasil por volta de 2010. A realidade dos fatos levou a mesma revista a mostrar o Cristo Redentor em voo descontrolado e parece ter mostrado que, se há ambiguidade nas instituições brasileiras, tem ocorrido, também, a prevalência do extrativismo das instituições, o que ajuda a explicar a permanência do Brasil como “um país capitalista de segunda linha”.

Nessa linha, o argumento é complementado pelas observações relativas a um “capitalismo de compadrio”. Com tal expressão se busca retratar uma situação em que a prosperidade de certas empresas se deve, muito mais, às conexões de seus acionistas com os poderosos do momento, do que da competência em inovar, em descobrir novas maneiras de fazer coisas, na correta percepção de uma oportunidade de mercado, etc. Se o acesso aos poderosos do momento é mais importante que investir em novas tecnologias, uma vez que

as instituições extrativas permitem canalizar recursos para os “amigos” – sem qualquer preocupação com a produtividade desses recursos –, então é preferível montar “máquinas” de fazer “amigos” entre os poderosos do que pesquisar novas tecnologias ou novos mercados. Nesse contexto institucional, os países assim caracterizados se mantêm “como capitalistas de segunda linha” e sua população continua a enfrentar problemas crônicos de saúde, educação, insegurança, etc., etc.

BALANÇA COMERCIAL DE MINAS GERAIS

Minas Gerais exporta cerca de 11% do total vendido ao exterior pelo Brasil. Essa participação tem se mantido aproximadamente constante por algumas décadas! As importações mineiras representam 5% das compras internacionais do Brasil. Dessa diferença fica claro que, proporcionalmente às suas exportações, o saldo comercial mineiro é, também, proporcionalmente, bem maior que o brasileiro.

As importações de Minas Gerais são concentradas em poucos produtos: minério de ferro, café em grão, ferro, nióbio, ouro em barras e fios e açúcar de cana representam, juntos, 58% do total das exportações mineiras. Também há concentração quanto ao destino das mercadorias mineiras colocadas no mercado internacional. A China é a principal compradora, seguida dos EUA, da Argentina, da Holanda e do Japão; esses compradores absorvem 50% das exportações da terra das Gerais.

A INDÚSTRIA DO AÇO

A indústria do aço é tradicional em Minas Gerais há mais de meio século. Iniciada com empreendimentos estatais em parceria com empresários estrangeiros – USIMINAS –, ou iniciativas privadas que posteriormente vieram a ser estatizadas – ACESITA –, no início deste século Minas Gerais produzia 39% do aço brasileiro.

Em Minas Gerais, o município de Ipatinga fica em local conhecido como o vale do Aço, onde também se encontram os municípios de Timóteo e Coronel Fabriciano; juntos, os três representam o grande polo produtor de aço do estado, e talvez do Brasil. Essa região exportava, em 2006, 577 milhões de dólares por ano, essencialmente diversos tipos de aço. Em 2016, as exportações regionais estavam reduzidas a 170 milhões de dólares.

Sem entrar em detalhes sobre a evolução do setor, é importante notar que a China se tornou um dos maiores produtores de aço em todo o mundo. Em sua política para expandir a produção de aço, a estratégia chinesa foi bem diversa da brasileira, mas ambas tiveram em comum a entrada de empresas estrangeiras no setor siderúrgico. Sem dúvida, a regulação dos mercados, na China, é bastante diversa da brasileira. Embora este não seja o local indicado para uma ampla discussão sobre as respectivas regulações e seus impactos no desenvolvimento dos respectivos mercados, é mais provável que as trajetórias distintas dos dois países – quanto à presença no mercado siderúrgico, entre outros aspectos – devam-se principalmente às distintas instituições lá e cá; isso, muito mais que a nacionalidade dos proprietários dos capitais investidos.

Com relação à situação da indústria do aço em todo o Brasil, a revista Mercado Comum publicou análise em 1º de julho último. Os dados básicos – relativos à indústria brasileira, e não apenas à mineira – indicam que o consumo aparente de aço no primeiro trimestre de 2017 cresceu 5%, em relação ao mesmo período de 2016. Naquele início do ano de 2017 as vendas no mercado interno caíram 0,5%, indicando que foi o aumento das importações que supriu o mercado interno. A produção interna de aço cresceu 10,9%, e as importações foram ampliadas em 73%!

Ainda segundo a mesma fonte, a indústria brasileira do aço encontrava-se, então, com uma ociosidade da ordem de 40% da sua capacidade produtiva. A análise continua, com previsão preocupante:

As previsões do Aço Brasil para esse ano ratificam o que vem sendo alertado pela Coalizão composta pelos segmentos automotivo, produtos químicos, máquinas e equipamentos, têxteis/confecção, calçados, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, autopeças, siderurgia, papel e celulose, de que não ocorrerá

retomada do mercado interno em 2017. Estes segmentos, que representam 48,5% da produção e 68,5% das exportações da indústria de transformação do País, operam em média com 50% de ociosidade e demitiram, nos últimos 2 anos, cerca de 500 mil colaboradores.

O incremento das exportações de produtos industrializados no curto prazo é a única saída para evitar o agravamento da situação da indústria de transformação e o aumento do desemprego. As exportações podem contribuir de forma decisiva para a retomada rápida e sustentada do crescimento econômico do País. Para tanto, é imprescindível que o governo restitua os tributos não recuperáveis já pagos no consumo de elos anteriores da cadeia produtiva, através do mecanismo do REINTEGRA, elevando a alíquota atual em 3 pontos percentuais (dos atuais 2% para 5%).

A correção dessa assimetria permitirá o aumento imediato das exportações, sem pressões inflacionárias, mantendo o nível de arrecadação tributária e criando mais de 400 mil novos postos de trabalho e injetando mais de US\$ 15 bi na economia. Além disso, no curto prazo, o Governo deveria incentivar a exigência de conteúdo local. Esta é uma estratégia adotada por diversos países, como os Estados Unidos e Índia, para manter o desenvolvimento da indústria nacional frente à guerra de mercado no cenário internacional.

As sugestões da reportagem citada repetem cântico antigo, ouvido há décadas. Para rumarmos em direção à retomada das exportações, apontada como o único caminho viável, “é imprescindível que o governo restitua os tributos não recuperáveis já pagos no consumo de elos anteriores da cadeia produtiva.” Outra “solução” proposta – com o auspicioso resultado de criar, alega-se, mais de 400 mil postos de trabalho – seria incentivar a exigência de conteúdo local, dizendo que tal exigência é feita por países como EUA e Índia.

O curioso é que a primeira “solução” proposta desconsidera, completamente, a grave crise fiscal do governo Federal, que afeta também governos estaduais, entre eles, e de forma grave, Minas Gerais. A segunda “solução” deixa de analisar a crise, recente, da indústria do petróleo no Brasil, seriamente afetada exatamente – segundo muitos especialistas do segmento, que reconhecem também vários outros fatores como responsáveis pela grave

crise desse segmento – por exigências de conteúdo local demasiado elevadas⁴. Importante frisar que a exigência de conteúdo local é, de fato, adotada em muitos países, em diferentes ramos de atividade; mais frequentemente, naqueles ligados à defesa nacional.

O problema é que, como já se disse inúmeras vezes nas mais variadas fontes, Deus e o diabo encontram-se nos detalhes, e um pleito genérico por maiores exigências de conteúdo local deixa de explicitar os detalhes, permitindo apenas uma conclusão: nada se pode dizer sobre a conveniência de se adotar ou não a política proposta até que se conheçam seus detalhes. Deve-se, porém, ter em mente que tal exigência seria uma forma de proteger alguns empregos e algumas empresas, em provável detrimento do conjunto de consumidores. No caso, como entre os consumidores diretos de aço não se encontram as pessoas físicas, mas apenas empresas que transformam o aço noutros produtos, o custo em empregos nos demais setores industriais poderá ser elevado.

A crise fiscal deve ser levada em consideração. Segundo informações da imprensa (Jornal O Tempo, em publicação de 05/04/2017, <http://www.otempo.com.br/capa/economia/previd%C3%A2ncia-faz-minas-ter-o-2%C2%BA-maior-rombo-fiscal-do-brasil-1.1456659> visitado em 16/08/2017) Minas Gerais encontra-se na segunda pior situação em termos de crise fiscal, entre o conjunto dos estados brasileiros. Apenas o Rio Grande do Sul estaria pior, diz a reportagem, que não menciona o estado do Rio de Janeiro, amplamente tido como aquele em situação mais grave. Alguns dos dados apresentados retratam situação de grande dificuldade.

De acordo com as informações da fonte citada, 78% das receitas do estado estão comprometidas apenas com a folha de pagamento; a dívida é duas vezes maior que a receita anual; 37% da receita é usada apenas para pagar inativos e pensionistas. Claramente, é quase uma situação falimentar.

⁴ Mais importante que “conteúdo local” elevado, ou baixo, são as maneiras como tais regras afetam o comportamento das empresas; ou seja, a “qualidade” das regras é mais importante que a sua quantidade.

Ocorre que governos não entram em falência; o que ocorre é que os serviços que devem prestar à população são degradados, como, aliás, se percebe de norte a sul do Brasil.

SOLUÇÕES POSSÍVEIS

Não existem soluções fáceis, nem simples, nem de curto prazo. Além disso, é temerário, sem conhecer em detalhes a situação fiscal do estado, assim como as condições gerais de sua infraestrutura – e incluo nesse campo não apenas as estradas e a capacidade de oferta de energia, mas também a situação de uma infraestrutura ainda mais fundamental, qual seja, a das escolas, dos centros de saúde e das unidades de segurança pública – dizer quais seriam as soluções a adotar.

Alguns pontos parecem consensuais: as instituições políticas brasileiras levaram nossos governantes – em todos os níveis de governo – a agir principalmente em função de si próprios e daqueles pertencentes aos seus grupos, com o abandono dos interesses mais gerais da população. Até que essa situação se altere, continuaremos carentes de “soluções” que sejam verdadeiras, e não apenas apelos de marketing.

Há, ainda, que levar em conta os problemas reais e aqueles que a ciência nos informa se tornarão cada vez mais sérios; agir preventivamente, sempre que possível. Assim, como dito acima, parece que pouco ou quase nada tem sido feito, seja em Minas seja no Brasil, para mitigar e para se adaptar às mudanças do clima. Enquanto isso, a agropecuária mineira continuará dependente das variações meteorológicas, sofrendo com os eventos extremos que já se têm tornado mais frequentes, e que se tornarão ainda mais comuns. Enfrentar a crise significa enfrentar tanto os problemas causadores quanto os decorrentes desses câmbios climáticos.

Outro ponto: por inúmeras razões, que não cabe aqui analisar, os governantes brasileiros – mesmo aqueles que dizem governar visando ao interesse da maioria – adotaram uma bússola errada. Como diz velho ditado, “não há tempo bom para marinheiro que não sabe aonde vai!” Enquanto

perseguem maneiras de “aumentar o PIB”, nossos governantes continuam a privilegiar as transações econômicas, e não as necessidades básicas da população, com a necessária consequência de que o atendimento a tais necessidades fica postergado.

Àqueles que dizem que dada a situação fiscal desequilibrada a única maneira é “reduzir o tamanho do Estado”, vale o conselho de um dos grandes economistas da atualidade, Daron Acemoglu, que disse em entrevista recente: “Deixe de se preocupar com o tamanho do Estado; preocupe-se com quem o controla”.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, DARON, *Stop crying about the size of the Government; start caring about who controls it*. In, <http://economics.com/stop-crying-size-of-government/> , visitado em 16/08/2017)

MERCADO COMUM, *Indústria Brasileira do Aço deve fechar 2017 em ritmo lento*, disponível em http://www.mercadocomum.com/site/artigo/detalhar/industria_brasileira_do_aco_deve_fechar_2017_em_ritmo_lento/ultimasnoticias , visitado em 16/08/2017.

SANTOS, M.A.S. & CASTELLANI, L. *Agropecuária*, in Boletim de Conjuntura, 1º Trimestre de 2017, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2017, disponível em <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/boletim-de-conjuntura/712-boletimdeconjuntura1oquadrimestre-2017-28-06-2017-site/file> , visitado em 10/08/2017.

SOUZA, C.C.A., FRANCO, M.P.V. & FILHO, R.S.L. *Indústria*, in Boletim de Conjuntura, 1º Trimestre de 2017, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2017, disponível em <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/boletim-de-conjuntura/712-boletimdeconjuntura1oquadrimestre-2017-28-06-2017-site/file> , visitado em 10/08/2017.

2017-10971